

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA
ABORDAGEM SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA ENVIRONMENTAL
EDUCATION IN ELEMENTARY SCHOOL: AN APPROACH TO
PEDAGOGICAL PRACTICE**

Fernanda Nogueira Silva*

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo da Educação Ambiental no Ensino Fundamental, tomando como foco da abordagem a Prática Pedagógica. Para tanto, parte da premissa que o tema não se sustenta, quando visto no ambiente escolar, se posto entre as diversas disciplinas sob a metodologia tradicional, e que precisa ser tratado de forma integrada e interdisciplinar, e ainda tomando por interdisciplinar algo que vai além de estudar o mesmo assunto em cada uma das disciplinas isoladamente. Defende que a revisão da Prática Pedagógica no sentido de abordar de forma adequada a Educação Ambiental implica na mudança de um paradigma, na busca pela concepção de uma realidade em que as disciplinas se comuniquem, se integrem e trabalhem realmente de forma conjunta, o que principia pela remodelagem do modo de pensar e planejar dos professores. Evidencia, ainda, o quão complexa pode ser esta mudança, uma vez que os próprios conceitos envolvidos podem ser de difícil compreensão.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Prática Pedagógica; Ensino Fundamental; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This essay presents a study of Environmental Education in Elementary Education, focusing on Pedagogical Practice. For this purpose, it is based on the premise that the theme is not self-sustainable when seen in the school environment if placed among the different disciplines under the traditional methodology, and that it needs to be treated in an integrated and interdisciplinary way, taking "interdisciplinary" as something that goes beyond studying the same subject in each of the subjects separately. It argues that the review of Pedagogical Practice, in order to adequately address Environmental Education, implies changing a paradigm in the search for the

*Fernanda Nogueira Silva - Graduada do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA e em Ciências Biológicas pela Escola Superior em Meio Ambiente – Fundação Educacional Vale do São Francisco, e-mail: fernandanogueirabio@gmail.com

conception of a reality in which disciplines communicate, integrate, and truly work together, which begins by remodeling the teacher's way of thinking and planning. It also highlights how complex this change can be since the concepts involved can be difficult to understand.

Keywords: Environmental Education; Pedagogical Practice; Elementary Education; Interdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é considerado um espaço extremamente privilegiado para o desenvolvimento da Educação Ambiental. Ele proporciona a convivência conjunta entre indivíduos. E no Ensino Fundamental, sobretudo, tal importância se evidencia ainda mais, uma vez que o indivíduo está em fase de formação da sua personalidade, adquirindo os conceitos que levará para a vida.

Nesta fase, é importante, dentro do contexto da Educação Ambiental, a adoção de práticas que vão além da abordagem de questões comumente estudadas, como reciclagem, poluição e sustentabilidade, e que visem à reestruturação de valores e atitudes, para que todo o processo se encaixe no contexto da sociedade no qual os indivíduos estão inseridos.

Além de conscientizar sobre valores e práticas cotidianas, é importante formar o indivíduo como um cidadão de fato, dotado de espírito de iniciativa e senso de responsabilidade, crítico quanto às suas ações e da sociedade e pronto para agir não somente pontuando sobre um aspecto isolado, mas atuando em todo o universo que gira em torno da questão ambiental dentro do meio ao qual pertence.

Todo este paradigma se baseia na ação e na metodologia do corpo docente, que necessita estar consciente sobre a importância do processo adotado em sua Prática Pedagógica e preparado para elaborá-lo, executá-lo e conduzi-lo.

Desta forma, o tema apresentado, como o próprio título elucidada, trata de um estudo a respeito da Prática Pedagógica relacionada à Educação Ambiental no Ensino Fundamental, focando a ação docente, e se justifica pela necessidade de extrapolar um paradigma, de ultrapassar o estudo teórico e mesmo as atividades que se restrinjam a temas específicos dentro do universo da Educação Ambiental, e ir além, visando à formação do cidadão consciente e com atitude, buscando, para tanto, promover não somente o estudo isolado acerca da questão ambiental, mas de forma integrada, interdisciplinar, atuando sobre o indivíduo e sua personalidade.

Em tempo, o tema foi abordado por Loureiro (2009), que realizou um estudo da Prática Pedagógica relacionada à Educação Ambiental em uma escola municipal de Palmas-TO, no qual ficou constatada a abordagem da Educação Ambiental somente em datas específicas relacionadas ao tema, mostrando a necessidade de uma revisão estratégica pelo corpo docente e direção da referida escola. Tal exemplo, que certamente se repete em outras localidades, reflete a importância do presente estudo, no sentido de prover conhecimento acerca do assunto.

Tem-se por Objetivo Geral, portanto, estudar a Educação Ambiental no Ensino Fundamental com foco na Prática Pedagógica. O que leva à relação dos Objetivos Específicos que levarão ao cumprimento do mesmo: contextualizar sobre a Educação Ambiental e o Ensino Fundamental; discutir sobre o valor do ambiente escolar na fase do Ensino Fundamental para o Desenvolvimento da Educação Ambiental; entender o conceito e a importância da Prática Pedagógica; discutir aspectos relacionados à Prática Pedagógica quando da abordagem da Educação Ambiental no Ensino Fundamental.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, dotada de consulta a documentos que sejam confiáveis, entre livros, materiais acadêmicos e fontes digitais, com abordagem focada na questão da Prática Pedagógica, dos professores de Ensino Fundamental, relacionada à Educação Ambiental.

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação Ambiental é um tema que existe pela necessidade decorrente da ação humana sobre o mundo que habita. Segundo Lima (2008), foi a partir das décadas de 60 e 70 que teve início a crise global que envolveu, desde então, todo o planeta, relacionada às consequências de fatores como aquecimento global, seca, escassez de água potável e outros recursos naturais, descontrole da fauna com decorrente extinção ou ameaça de extinção a diversas espécies animais, etc. E houve, segundo o autor, grande difusão do tema por todos os tipos de mídia.

Então, segundo Medina (1997), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) tomou a iniciativa de promover um congresso internacional, de Belgrado, para o estabelecimento de metas e princípios que viriam a reger a Educação Ambiental. A iniciativa rendeu resultados, e foi procedida, após dois anos, pela “Primeira Conferência Intergovernamental sobre

Educação Ambiental, conhecida como a Conferência de Tbilisi, organizada pela UNESCO em colaboração com o Programa Nacional de Meio Ambiente – PNUMA” (MEDINA, 1997, p. 32). Tal acontecimento foi considerado um marco norteador da Educação Ambiental.

Em se tratando de legislação, podem-se mencionar algumas iniciativas, sendo a primeira datada de 1987, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que emitiu o Parecer 226/87, posicionando a iniciação da Educação Ambiental já na escola, e enfatizando sua abordagem como sendo interdisciplinar (Loureiro, 2009). É importante atentar a este aspecto, uma vez que é comum perceber a ação docente em relação à Educação Ambiental ser pontuada em momentos isolados e sem a integração que deveria ter. 1999 é o ano de lançamento da Lei 9.795. No dia 27 de abril daquele ano, ficava instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, cujo princípio mais notório defende “o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade”.

Em seu capítulo I, Art. 2º declara que - A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Nesse sentido o meio ambiente passa a ser tratado como um dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que, em seu texto introdutório, recomenda que os mesmos sejam trabalhados de forma transversal e interdisciplinar nos currículos escolares (Loureiro, 2009, p. 19).

Não se trata de um tema a ser abordado em uma disciplina isolada ou em momentos distintos, mas de forma global dentro do ambiente educacional, estando presente em todo o currículo das disciplinas ministradas.

Ficava estabelecida, portanto, a iniciativa que visava à adequação das ações pela Educação Ambiental, e que se seguiram por novas, a exemplo do PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), aprovado pelo Presidente da República em 1994, baseado na premissa de que a Educação Ambiental deve ser um dever do poder público regido pela constituição, e com a participação da comunidade (Thaines, 2008).

A legislação brasileira abrange, portanto, desde então, fatores diretamente relacionados à Educação Ambiental, e o MEC (Ministério da Educação e dos Desportos), dando seguimento, iniciou, em 1997, a elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), documentos nos quais o tema “Educação

Ambiental” é tratado como assunto comum, ou seja, a estar presente nas diversas áreas, e não somente como uma iniciativa específica.

Tem-se, com esta atitude, a intenção de promover uma sociedade na qual o aluno seja cidadão participativo, reflexivo e autônomo, termos aplicados na própria PCN (1997), um cidadão conhecedor e atuante sobre seus direitos e seus deveres. Trata-se de estabelecer formas de não somente inserir o tema no ambiente educacional, mas fazê-lo parte integrante do mesmo, de forma a se criar a integração entre o que é aprendido e o que é praticado. Tais ideias são ratificadas pelos próprios objetivos dos PCNs, relacionados por Santos (2003, p. 296):

- A coerência entre o ensino e a prática escolar;
- A participação do educando efetivamente na construção de sua cidadania;
- A valorização do educador;
- O resgate da produção coletiva de conhecimento;
- O estabelecimento de parcerias com as instituições da sociedade e as diversas comunidades.

Percebem-se pontos importantes a serem salientados e que condizem com todo o exposto até então, a exemplo da coerência entre o ensino e a prática escolar, objetivo que consolida o intuito de não restringir o ensino e o cotidiano escolar a somente o que é ensinado, mas fazer isto ser refletido nas ações e atitudes.

Menciona-se ainda a construção da cidadania, o resgate da produção coletiva de conhecimento e, em especial, o estabelecimento de parcerias com as instituições da sociedade e as diversas comunidades, o que aponta para uma realidade de integração não somente entre as disciplinas, mas da própria escola com a comunidade.

Considerando-se um universo, no qual a Educação Ambiental tem posição de destaque, em que as ações tomam proporções interinstitucionais, a integração entre as ações advindas das disciplinas dentro de um mesmo programa educacional passa a ser, segundo os PCNs, imprescindíveis.

Robottom e Hart apud Melo (2000) mencionam como um dos objetivos da Educação Ambiental, desenvolver o aspecto crítico nas pessoas, o que, juntamente com todos os demais pontos levantados, corroboram para a necessidade de uma Prática Pedagógica que vise à formação de um indivíduo com caráter e senso de manutenção dos recursos naturais e da própria vida, um sujeito participativo e com entendimento e consciência do valor desta participação, o que já remete o tema à

sua abordagem dentro do universo educacional.

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO UNIVERSO EDUCACIONAL

A Educação Ambiental está inserida no contexto educacional visando-se a abordagem de aspectos como qualidade de vida, cidadania e atitude, de forma a se compor um ambiente de práticas e aprendizado que se integrem entre si.

A inserção da EA no contexto educacional está atrelada à abordagem de atitudes, de cultura, de qualidade de vida, de respeito, de ética, de cidadania, de sociedade, de natureza, de recursos naturais, de água, de energia, de ar, de terra, e outros de alcance da Educação Ambiental. Deve-se buscar, para essa prática, estabelecer um olhar abrangente e integrador sobre todos esses aspectos e não a mais comum visão fragmentada (Loureiro, 2009, p. 25).

A autora ressalta a necessidade de um olhar abrangente e integrador, e não a mais comum visão fragmentada, o que se deve justamente à já levantada necessidade de formação do senso de consciência e participação, dado que Educação Ambiental pode ser considerada como uma das tantas tentativas de não somente responder, mas buscar soluções para uma realidade de falência do modo de vida do ser humano (Carvalho, 2006).

A consciência ambiental, em si, pode ser representada, em termos simples, como sendo o equilíbrio entre a utilização dos recursos em nome da qualidade de vida e sua preservação, ou seja, a caracterização da sustentabilidade.

A partir de tudo o que é posto, pode-se chegar à definição de Educação Ambiental, iniciada por Melo (2000, p. 16), “uma aprendizagem que procura despertar a sensibilidade, o conhecimento, a competência, a responsabilidade e a participação política”. O autor ainda acrescenta que se trata da educação tida por tradicional somada do aspecto ambiental, novamente ressaltando sua característica interdisciplinar, focada na realidade, pelo equilíbrio entre qualidade de vida e preservação dos recursos naturais.

Leff (2001, p. 144) complementa:

O saber ambiental surge como um conjunto de paradigmas de conhecimento, de disciplinas científicas, formações ideológicas, sistemas de valores, crenças e conhecimentos e práticas produtivas sobre os diferentes processos e elementos naturais e sociais que constituem o ambiente, suas relações e seus potenciais.

Percebe-se novamente o fator integração, o que é levantado continuamente como uma premissa, uma necessidade. Existe, aqui, um problema comum: os vícios nos processos educacionais. Levantados pelas próprias PCNs (1997), dizem respeito a uma já consolidada Prática Pedagógica tradicionalista da qual equipes docentes e diretoras tendem a ter dificuldades de modificar, pelo fato de já estarem acostumadas ao ponto de considerá-las um ideal imutável, uma regra, ainda que tal percepção aconteça, na maioria das situações, não em nível de opinião, mas sem mesmo que se apercebam.

O próprio crescimento do espaço físico das escolas reflete tal vício, uma vez que são comuns as ampliações que visam à construção de novos ambientes em detrimento à permanência de elementos naturais (Carvalho, 2006). Plantas, espaços verdes e práticas ambientais são relegados a objetos que ganham foco em gestos pontuais, promovidos esporadicamente, sobretudo em datas específicas, e não como parte integrante do ambiente de forma contínua.

Para que haja sucesso nas atividades escolares que visam uma abordagem ambiental, faz-se necessário o desenvolvimento de novas Práticas Pedagógicas que propiciem atividades sensibilizadoras, oportunizando um contato com os sentidos a fim de ampliar a percepção sobre o ambiente em que vivemos (Loureiro, 2009, p. 26).

A Prática Pedagógica é novamente o foco, dado que é justamente daí que parte a solução para a limitação inerente à forma como se dá o ensino voltado ao caráter ambiental. Faz-se necessária a adoção de Práticas Pedagógicas diferenciadas, que vão além da simples conscientização ou da homenagem à natureza dada em datas comemorativas. É

preciso a consciência e a atitude naturais no sentido de colocar em prática ações que reflitam o conhecimento da necessidade que enfrenta o mundo.

Verifica-se que a inserção da Educação Ambiental, como temática a ser trabalhada em sala de aula, deve ser desenvolvida a fim de contribuir com a formação dos educandos no sentido de construir uma consciência global das questões relativas ao meio ambiente, possibilitando uma mudança de atitudes e valores nos docentes que ainda se encontram em processo de construção de seus próprios conhecimentos (Loureiro, 2009, p. 27).

Todas as soluções existem em torno do indivíduo representado pelo educando, mas partem da atitude do educador, que tem papel fundamental, uma vez

que é ele que tem a autonomia para realizar a mudança. As ações que podem ser lançadas vão de encontro a enunciados já comuns quando é abordada a forma ideal de se educar, que vai além da simples transmissão de conteúdo.

No universo educacional como um todo, percebe-se a necessidade de uma verdadeira mudança de paradigma, que vai da evolução da prática educacional, deixando de lado o aspecto unicamente teórico e mesmo a prática adotada de forma somente pontual, para uma forma de Educação Ambiental integrada, interdisciplinar e que se faça presente não somente nos ensinamentos, mas no cotidiano, no ambiente e na formação do caráter dos alunos, o que aponta para a aplicação de todas estas premissas na escola.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Ao se estudar a escola, especificamente, enquanto ambiente do universo educacional, as abordagens passam a ter aspecto mais específico e prático, uma vez que é neste ambiente que as ideias se transformam em ações, e, no caso do tema em questão, a integração necessária deixa de ser um objetivo e se torna em planejamento para o alcance do mesmo, uma vez que, não acontecendo, a teoria será tratada naturalmente como conteúdo de pouca relevância e a prática será somente uma utopia.

E a escola é o ambiente mais propício para que todas essas necessidades de incorporação do senso ambiental, uma vez que ali está se formando a personalidade e o caráter do indivíduo (Guimarães, 2001), e o que ali é absorvido e assimilado, de fato, passa a compor o todo que é o cidadão.

De forma prática, Dias (2003) se posiciona em relação à necessidade de incorporação da Educação Ambiental na escola dando exemplos de ações, como atividades de sala de aula e de campo, de forma orientada e dando atenção especial a projetos que estimulem a autoconfiança e o desenvolvimento de atitudes positivas e do comprometimento do aluno, e

ainda ressalta a importância, já apontada, da interdisciplinaridade, além de prezar pelas ações que transponham os limites da própria escola.

A iniciativa parte da equipe escolar, direção e corpo docente, que precisam ir mais além do que simplesmente esperar ações vindas de entidades superiores para

simplesmente serem seguidas. Para Carvalho (2006), é importante a reflexão por parte dos professores sobre a inclusão da Educação Ambiental na escola, da forma como deve ser feita, mas o que se vê são muitos discursos e pouca ação neste sentido.

Rodrigues (2008a) evidencia o aspecto de dificuldade:

Penetrar no cotidiano dos indivíduos da comunidade escolar na perspectiva de ressignificar os saberes e de consolidar um processo de Educação Ambiental que responda aos anseios da sustentabilidade, torna-se desafiador para a escola. Na busca constante de alternativas metodológicas, a escola tem conduzido o processo educativo de uma maneira que não tem conseguido levar os estudantes a refletirem sobre a trama de relações, tanto econômicas, quanto culturais, em que se encontram inseridos (Rodrigues, 2008a, P. 176).

O autor relaciona alguns pontos que acabam por levar a tal dificuldade, a exemplo da burocracia do sistema educacional, da falta de tempo e das premissas exigidas, em termo de exigências curriculares, pelas instâncias superiores. Pode-se, ainda, somar a estes fatores os problemas de remuneração e reconhecimento do trabalho dos professores, que, muitas vezes, precisam adotar um cotidiano conturbado e exaustivo para garantir sua própria subsistência.

A própria equipe escolar se encontra em posição de desafio ao se posiciona pela mudança que é requerida, dadas as mencionadas dificuldades às quais estão sujeitas em quase a totalidade das situações. A mudança, portanto, ganha aspecto global, e passa por todos os indivíduos que compõe o ambiente escolar.

Implica admitir uma práxis educativa que, vinculada ao exercício da cidadania, estabeleça movimento unitário entre teoria e prática, em processo integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação do conjunto das relações sociais, inclusive as econômicas, que definem a base de organização da vida humana em sociedade (Loureiro, 2004, p. 115).

O caráter de integração está ainda mais presente, e passa a ter seu princípio não na ação junto aos alunos, mas na percepção e no entendimento sobre o que fazer por parte dos educadores.

A partir de todo o exposto, fica perceptível que a ação de um professor não é suficiente para que se alcance êxito, já que uma das premissas mais apontadas é a interdisciplinaridade. É necessária uma atitude conjunta e organizada, buscando formas de as práticas dos professores se complementarem, e destas, como um todo,

complementarem

e serem complementadas pelas ações da direção e demais instâncias da administração escolar.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Muito se fala em melhores Práticas Pedagógicas, sobre as formas de se educar e que vão além da simples transmissão de conteúdo. Autores, a exemplo de Freire (1996), evidenciam a necessidade e a importância de se considerar o conhecimento prévio e a realidade cotidiana do educando, de forma a prover uma educação direcionada, tanto na estratégia didática quanto nos métodos avaliativos.

Libâneo (2005) complementa, apontando que os conhecimentos e suas formas geradores devem estar ligados e abrangerem conceitos, hábitos, habilidades, crenças, procedimentos e atitudes, e apresenta sua conceituação para a pedagogia e a educação, aqui tomada como forma de iniciar o entendimento a respeito da Prática Pedagógica:

A pedagogia é compreendida como o campo de conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. Assim, a educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos e nas suas relações ativas com o meio natural e social. É uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal para realizar nos sujeitos humanos as características de ser humano (Libâneo, 2005, p.30).

Fica novamente configurado o caráter de desenvolvimento humano e das suas relações com o ambiente, seja social ou natural, o que leva à necessidade de um processo de aprendizagem que corrobore para que a conceituação se reflita na realidade.

É neste aspecto que atua a Prática Pedagógica, sendo composta, em sua estrutura ideal, pela construção do conhecimento e do indivíduo, aliando a teoria e a ligando ao cotidiano, de forma integrada e natural.

Freire (1996) aponta a Prática Pedagógica como sendo uma ação educativa calcada em teoria e prática, promovendo a harmonia entre ser e fazer, e é

complementado por Veiga (1994):

Prática Pedagógica é uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social [...] é uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática, e é essencialmente nosso dever, como educadores, a busca de condições necessárias à sua realização (Veiga, 1994, p. 16).

O autor enfatiza o dever do educador de buscar a realização da ideal Prática Pedagógica, sendo seu encargo não somente seguir uma ementa ou ensinar o conteúdo, mas orientar o desenvolvimento do aluno, em âmbito social, cultural e intelectual.

Focando o educador ambiental e mantendo as premissas levantadas, Berna (2004) aponta ações concretas que podem compor estratégias de uma Prática Pedagógica coerente, que abranja a formação do aluno:

O educador ambiental deve procurar colocar os alunos em situações que sejam formadoras, como por exemplo, diante de uma agressão ambiental ou conservação ambiental, apresentando os meios de compreensão do meio ambiente. Em termos ambientais isso não constitui dificuldade, uma vez que o meio ambiente está em toda a nossa volta. Dissociada dessa realidade, a Educação Ambiental não teria razão de ser. Entretanto, mais importante que dominar informações sobre um rio ou ecossistema da região é usar o meio ambiente local como motivador (Berna, 2004, p.30).

A proposta do autor carrega atitudes práticas, de apresentar ao aluno situações reais, utilizar o ambiente como ferramenta para a construção do conhecimento e do cidadão em prol do próprio ambiente.

Em se tratando do conjunto, Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental têm como área de abrangência todo o contexto educacional tradicional e os objetivos de ir além deste tradicional, fazendo-o evoluir, e ainda inserindo no mesmo questões ambientais de forma contínua, com o fim de não somente prover conhecimento e consciência sobre a sustentabilidade, mas além disto, de forma cidadãos providos de valores.

A ideia defendida pode ser facilmente bem vista e se tornar o ideal de muitos educadores, mas a prática, sua aplicação e adoção da forma como é levantada se choca com dificuldades naturalmente encontradas, incluindo a concepção sobre como adotar a Educação Ambiental como prática interdisciplinar.

6. PRÁTICA PEDAGÓGICA E INTERDISCIPLINARIDADE

Falar em interdisciplinaridade soa como um desafio, uma vez que se percebiam diversos aspectos, em cada disciplina, que a diferencie estruturalmente das demais. Pensar em meios de fazer convergir essas disciplinas ao ponto de ser possível a execução de atividades comuns, e que ainda tenham em si aspectos específicos de um tema comum, no caso o meio ambiente, pode ser difícil para a concepção de professores acostumados com a dinâmica tradicional da sala de aula.

Apesar de fazer parte do ideário da Educação Ambiental, a interdisciplinaridade como proposta pedagógica é, ainda, de difícil execução, pois não percebe-se, entre os profissionais que trabalham com EA, um consenso sobre o que seja essa prática.

Assim, a abordagem interdisciplinar apresenta diferentes interpretações, em que diversos pesquisadores têm abraçado o desafio de conceituar a interdisciplinaridade e, nessa investigação, muitas vezes se perdem na diferenciação de aspectos como: multi, pluri e transdisciplinaridade (Fazenda, 2009 apud Loureiro, 2009, p. 41).

Neste sentido, Sato (1995) afirma que interdisciplinaridade implica em ir além desta justaposição de disciplinas, já que tal efeito, somente por si, poderia levar à diluição da essência de cada disciplina em nome do objetivo comum a todas as disciplinas. A proposta é relacionar as disciplinas em atividades de estudo e pesquisa, que ao mesmo tempo promovam a ação.

Rodrigues (2008b) apresenta três aspectos a serem atendidos pela interdisciplinaridade na prática escolar: um trabalho coletivo contextualizado e solidário; um trabalho conjunto entre disciplinas que se dispõem a compreender um determinado objeto de estudo; e um diálogo que pode ser marcado por questionamentos.

O que se observa é que, na prática, a adoção de práticas interdisciplinares pode ser encarada com dificuldade por grande parte dos professores, e tal dificuldade pode ir desde a incompreensão, que não é inerente somente a ele, do conceito prático de interdisciplinaridade até problemas em conceber atividades e formas de ação que caracterizem, de fato, a interdisciplinaridade de forma eficaz e correta.

A simples troca de informações entre as disciplinas não caracteriza, em si,

uma prática interdisciplinar. O estudo de um mesmo objeto por diferentes disciplinas caracteriza um primeiro nível de interdisciplinaridade. Porém, a necessidade vai além, pedindo que haja a integração destas disciplinas em nível conceitual e de métodos (Japiassú, 1976).

O conhecimento, em si, exige esta relação, uma vez que as áreas são, na prática cotidiana, interdependentes, e esta relação é que deve ser levada, da mesma maneira, entre as disciplinas.

Interdisciplinaridade requer uma atitude especial ante o conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, incompetências, possibilidades e limites da própria disciplina e de seus agentes, no conhecimento e na valorização suficientes das demais disciplinas e dos que a sustentam. A metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar, não objetivando apenas a valorização técnico-produtiva ou material, mas, sobretudo, possibilitando um acesso humano, no qual desenvolve a capacidade criativa de transformar a concreta realidade mundana e histórica numa aquisição maior de educação em seu sentido lato, humanizante e libertador do próprio sentido de ser no mundo (Fazenda, 1994, p. 69).

Ao levantar que a metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, perpassando pelo desejo de criar e inovar, o intuito já se depara com uma barreira naturalmente imposta pelo sistema de ensino em vigor, que se baseia, muitas vezes, em

práticas mecanizadas de ensino, ação e avaliação, a exemplo de métodos que privilegiam uma técnica predefinida ao senso lógico na hora de solucionar questões.

Os próprios PCNs apontam esta deficiência, ao citar que as disciplinas tradicionais não dão conta de um conjunto de questões postas pela realidade vivida pelos alunos (Macedo, 1999), de forma que o conteúdo de cada disciplina permanece sendo estudado isoladamente, resultando em uma educação limitada e reducionista.

Percebe-se que as necessidades da Prática Pedagógica relacionadas à Educação Ambiental vão de encontro com o que é tido como forma ideal de educação para todas as disciplinas, uma vez que, assim como a Educação Ambiental requer que as práticas e as ações ocorram de forma interdisciplinar, o mesmo ocorre com todas as áreas do conhecimento para que atinjam o nível que precisam junto ao aluno e ao cidadão.

Percebe-se na interdisciplinaridade, a importância da interação entre duas ou mais disciplinas do currículo, favorecendo o diálogo entre os especialistas, desencadeando intercâmbios reais e, conseqüentemente, enriquecimentos recíprocos, uma vez que a visão interdisciplinar e transversal da EA reflete também no reconhecimento de outros saberes, muitas vezes não considerados pelas áreas do conhecimento instituídas e consolidadas (Loureiro, 2009, p. 43).

Interdisciplinaridade não é algo que pode ser praticado somente pelo ideal advindo de teorias. Requer trabalho de toda a equipe no sentido de se exercitarem, aprenderem a conviver com um novo paradigma de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um fato que as ações para com o meio ambiente precisam ser foco constante por parte da sociedade, e tal realidade leva à necessidade de se formar cidadãos conscientes e atuantes quanto a esta causa, desde os primórdios da composição do seu caráter e da sua formação como cidadão.

Nesta etapa, tem-se como aspecto positivo a presença da escola como parte integrante da vida do indivíduo, escola que, em si, é o ambiente ideal para que se forme sua consciência ambiental.

Assim se consolida a Educação Ambiental, e o objetivo passa a ser torná-la parte integrante da educação tradicional, e não somente objeto de momentos pontuados em datas e períodos específicos. Mais além, é uma área para ser tratada de forma interdisciplinar, integrada, e não somente como objeto de estudo comum a diferentes disciplinas.

A partir dos estudos realizados, percebe-se que não se trata de um objetivo simples, uma vez que mesmo a concepção sobre interdisciplinaridade pode ser complexa e difícil.

Faz-se, portanto, necessário rever toda a Prática Pedagógica escolar, de modo a ressignificar o ensino e o aprendizado, e o ponto de partida é a releitura das ações dos próprios professores.

É perceptível que não existe uma fórmula predefinida para o sucesso na adoção deste novo e diferente paradigma, até mesmo porque, em se tratando de integração a um nível que se faça conversar as diferentes disciplinas e seu conjunto

com toda a comunidade e a realidade na qual está inserida implica em propor soluções baseadas justamente nesta realidade, que vão de encontro ao cotidiano dos alunos e das pessoas, essencialmente diferente de lugar para lugar, de escola para escola.

Neste sentido, pode-se propor ideias para pesquisas futuras baseadas no mesmo tema, que abordem soluções práticas com base em cenários específicos, propostas definidas de ação em estudos de caso.

Fica evidenciado, a partir dos estudos e das considerações apresentadas, que a Educação Ambiental não é algo a ser tratado somente como ponto isolado, mas foco merecedor de atenção ao ponto de se reformular Práticas Pedagógicas, no sentido de promover sua abordagem de forma integrada, interdisciplinar e dentro de um contexto de conscientização e formação dos princípios do aluno que está em fase de sua moldagem como cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERNA, Vilmar. **Como fazer Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Formação do sujeito ecológico**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Cortez, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FAZENDA, Ivani Catarina. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. A **Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória**. In: LOUREIRO, C. F.B, LAYRARGUES, P. CASTRO, R. S. de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

LOUREIRO, C. F. **Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária**. In: LOUREIRO, C. F.B, LAYRARGUES, P. CASTRO, R. S. de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Denise Gomes. **Educação Ambiental no Ensino Fundamental: um estudo da Prática Pedagógica em uma escola municipal de Palmas-TO**. Brasília, 2009. Monografia (Pós-Graduação em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade de Brasília, 2009.

MACEDO, Elizabeth. **Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais**. In: MOREIRA, Antonio Flavio (org). **Currículo: políticas e práticas**. São Paulo: Papyrus, 1999.

MEDINA, N. M. **Breve histórico da Educação Ambiental**. In: Padua, S.M. & Tabanez, M.F. (Orgs.) **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ. 1997.

MELO, José Carlos. **Educação Ambiental: representações e práticas das professoras do ensino fundamental em três escolas públicas em Cuiabá.** Montreal (Canadá): Universidade de Quebec, 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Quebec, 2000.

RODRIGUES, Luciane Dadia. **Conhecimento e ressignificação: Prática Pedagógica em Educação Ambiental.** In: BAGGIO; BARCELOS (Org.). Educação Ambiental e complexidade – entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008a.

RODRIGUES, Angélica Cosenza. **A Educação Ambiental e o fazer interdisciplinar na escola.** Araraquara, SP: Ed. Junqueira & Marin; Juiz de Fora, MG: FAPEB, 2008b.

SANTOS, Erivaldo Pedrosa dos. **Educação Ambiental: uma visão ideológica e pedagógica.** In: NOAL, Fernando Oliveiro; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação Ambiental e Cidadania- Cenários Brasileiros. Santa Catarina do Sul: EDUNISC, 2003.

SATO, Michèle (Org.). **Educação Ambiental.** Caderno NERU n. 5. Cuiabá: NERU, UFMT, 1995.

THAINES, Eliane. **Educação Ambiental e ludicidade: caminhos para ressignificar o pensar ecológico.** In: BAGGIO; BARCELOS (Org.). Educação Ambiental e complexidade – entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

VEIGA, I. P. A. **A Prática Pedagógica do professor de Didática.** 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.